



Conflitos socioambientais na Chapada do Apodi: contaminação e privatização da água.

Odiane de Barros da Cruz¹, Virgínia Pinheiro Gurgel¹, Diego Gadelha de Almeida², Débora Lima Mendes³, Letícia Lima Ferreira³, Francisco Aragão Gomes de Moraes Junior⁴

¹Graduandas de Tecnologia em Saneamento Ambiental – IFCE. e-mail: odianebarros1@gmail.com; vi.gurgel@yahoo.com.br

²Professor do curso de Saneamento Ambiental do IFCE. e-mail: diegogadelha@ifce.edu.br

³Graduandas de Tecnologia em Saneamento Ambiental e bolsistas da COGERH - IFCE. email: debylimo@hotmail.com; letilf24@hotmail.com

⁴Graduando de tecnologia em Saneamento Ambiental e bolsista do CNPQ – IFCE. email: aragao-junior@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar os conflitos socioambientais em torno do uso/ acesso e dominação da água na Chapada do Apodi (CE). A implantação, no final da década de 1980, de políticas públicas para atração e difusão do agronegócio de fruticultura irrigada impôs uma disputa territorial entre empresas agrícolas, que tem como base de produção a utilização de agroquímicos e irrigação, e as comunidades rurais que habitam e/ou se instalaram a Chapada do Apodi. A investigação privilegiou dois eixos principais: a contaminação por agrotóxicos da água que abastece a população local e do aquífero Jandaíra e o uso e dominação da água pelas empresas agrícolas no processo de irrigação, impondo a privatização desse bem ambiental. Para realização da pesquisa executamos um levantamento bibliográfico, com destaque para os documentos produzidos pelo poder público, atas de audiências públicas, trabalhos de campo e entrevistas com os principais sujeitos envolvidos nos conflitos socioambientais. A pesquisa aponta que o atual processo de desenvolvimento impulsionado pelo Estado se materializam numa geografia desigual dos rejeitos e proveitos. Enquanto o grande capital recebe um conjunto de infraestruturas hídricas públicas para sua reprodução e garante a sua margem ampliada de lucro, as comunidades rurais recebem um conjunto de rejeitos: contaminação por agroquímicos da água que abastece a população local; contaminação por agroquímicos do aquífero Jandaíra e a privatização da água subterrânea, via irrigação, e exportação desse bem nas frutas para o mercado europeu e estadunidense.

Palavras-chave: agronegócio, agrotóxicos, conflitos territoriais, contaminação

1. INTRODUÇÃO

A produção de alimentos passou por diversas transformações na história da humanidade. A cada transformação, denominada *revolução agrícola*, a sociedade intensificou a artificialização do ecossistema, reduzindo a biodiversidade, com consequências diretas para o equilíbrio natural da fertilidade dos solos e a competição entre os elos da cadeia alimentar. Como resultado desse processo temos a necessária intervenção externa para controle de ‘pragas’ e reposição da fertilidade por meio de insumos químicos.

A crescente artificialização da agricultura ganhou impulso com fim da Segunda Guerra Mundial, marcando a difusão do paradigma da *revolução verde* nos espaços de produção agrícola. Tal paradigma se caracteriza pela adoção de insumos químicos, agrotóxicos e adubos sintéticos; a mecanização; a monocultura como estratégia de desenho do agroecossistema; a biotecnologia, com o desenvolvimento de sementes modificadas, o uso intensivo da irrigação; a concentração de terras, possibilitando amplas áreas de monocultivos, entre outras (GLIESSMAN, 2009)

No Brasil, a difusão do pacote tecnológico da revolução verde, tem como marco a década de 1960, em que os indicadores de uso de agroquímicos, motomecanização e expansão da

monocultura ganham destaque no campo brasileiro. Esse processo é caracterizado por uma modernização na base técnica e conservação das estruturas sociais, com manutenção da estrutura fundiária, assimetria das relações de poder, apropriação do financiamento público, por parte dos médios e grandes produtores.

No Estado do Ceará, o processo de modernização se intensifica na década de 1990, com a emergência do Governo das Mudanças, comandado pelo governador Tasso Jereissati, que em consonância que égide neoliberal, difundiu *ações e objetos* no espaço agrário cearense, conformando *pontos luminosos* propícios para implantação do agrohidronegócio.

Entre os *pontos* de modernização no território estadual, podemos citar a Chapada do Apodi, com destaque para os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré. A expansão do agronegócio na Chapada do Apodi é resultante da intervenção do Governo Federal, após a década de 1980, materializado com o incentivo à inserção de empresas agrícolas nacionais e transnacionais no Perímetro Público Irrigado Jaguaribe-Apodi e em áreas circunvizinhas.

A ação estatal no território da Chapada dinamizou a economia da região, com o incentivo a produção de frutas tropicais, para atender ao mercado interno e externo. Entre as consequências desse processo podemos elencar a proletarianização da força de trabalho agrícola, o crescimento do PIB agrícola, um incremento na balança comercial, com destaque para a exportação de frutas para os mercados da Europa e Estados Unidos e a migração, com destaque para a sazonalidade dos postos de trabalhos.

O modelo de produção adotado pelos pequenos, médios e grandes produtores tem na sua base o uso intenso de matéria e energia de origem sintética e natural, apropriados na forma de insumos para a produção. Entre os sintéticos, destacamos o uso de agroquímicos (fertilizantes, herbicidas, fungicidas, acaricidas etc) responsáveis por controlar desequilíbrios que foram produzidos pelo próprio padrão de produção escolhido, a monocultura de frutas tropicais. Já como insumo natural, destacamos o uso abundante de água, que proporciona a essência do modelo, a *agricultura irrigada*, isto é, a possibilidade de romper com as limitações pluviométricas decorrentes do semiárido nordestino.

A expansão da agricultura irrigada na Chapada do Apodi não ocorreu respeitando a ordem local. O destrutivismo social decorrente da atividade soma-se ao destrutivismo ambiental, formando um binômio que produz injustiças socioambientais. No presente artigo, lançaremos nosso olhar sobre os conflitos da expansão do Agronegócio no bem ambiental Água. Esse bem tem uma dupla função na área da pesquisa: (1) irrigação da fruticultura, com duas fontes de abastecimento, os canais superficiais que captam água do rio Quixeré e os poços, que aduzem a água subterrânea do aquífero Jandaíra; (2) abastecimento humano de pelos menos seis comunidades rurais, que disputam o território com as empresas do agronegócio.

Entre os objetivos da pesquisa destacamos a necessidade entender o processo de dominação e privatização da água pelas empresas do agronegócio, a partir da qualificação do uso do aquífero Jandaíra como insumo de produção e suas consequências para o futuro; investigar o processo de contaminação da água, decorrente da utilização de agroquímicos e seu impacto no abastecimento humano, bem como revelar a percepção da comunidade sobre os processos de injustiça socioambiental decorrentes da expansão do agronegócio na região.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa, em andamento, se estrutura em duas etapas: análise documental e bibliográfica e trabalho de campo. Na primeira etapa analisamos o Plano de Gestão Participativa dos Aquíferos da Bacia Potiguar, Estado do Ceará, publicado no ano de 2009, desenvolvido para Gerência de Estudos e Projeto – Água Subterrânea, da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), subordinada a Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará. O estudo retrata o uso e apropriação do Aquífero Jandaíra, sistematizando dados sobre o número de poços, localização, vazão e demanda hídrica, classificados segundo categorias de uso - industrial, abastecimento humano e agrícola - segundo municípios, possibilitando identificar o peso do agronegócio fruticultor no acesso à água. O relatório também expressa dados sobre a qualidade da água do aquífero, sistematizando dados sobre a contaminação por agrotóxicos. E por fim, o documento cataloga uma série de relatos da população sobre o processo de expansão do agronegócio na Chapada do Apodi. Para avaliar a contaminação da água que abastece as

comunidades rurais utilizamos os dados sistematizados no relatório de pesquisa - Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos, apoiado pelo CNPq através do Processo 409845/2006-0, 2008, produzido pelo grupo TRAMAS da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará e pelo Laudo N°. 702/2009, da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).

A pesquisa contou também com trabalhos de campo, etapa que possibilitou uma maior aproximação com a área, contribuindo para identificar os pontos de captação e distribuição da água para abastecimento humano e aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a lideranças comunitárias e população em geral. Destacamos, por fim, a participação em audiências públicas realizadas no município de Limoeiro do Norte, Ceará, que possibilitaram a apreensão do discurso dos diversos sujeitos sociais que disputam o território da Chapada do Apodi. Entre os produtos gerados destacamos a construção de tabelas e gráficos, a transcrição de entrevistas, o mapeamento dos pontos de conflitos e riscos ambientais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A nova dinâmica econômica, imposta à Chapada do Apodi, não ocorreu sem deixar marcas no território. Com a intensificação da produção, calcada no uso de agroquímicos, e a valorização da terra no território da Chapada, os conflitos socioambientais cresceram na mesma proporção que o sucesso econômico. Sucesso esse, diga-se de passagem, que por sua estrutura conservadora, é apropriado por uma pequena parcela dos sujeitos que disputam o território nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré.

O perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi e o território adjacente são o lócus da produção do agronegócio na Chapada do Apodi. Nos percursos do trabalho de campo e entrevistas com os sujeitos sociais podemos perceber que a instalação e consolidação da área plantada de fruticultura irrigada convivem lado a lado com comunidades rurais que ocupavam aquele território e/ou se desenvolveram e ampliaram com a dinamização econômica do local, impulsionadas pela migração de força de trabalho.

A priori, poderíamos nos perguntar qual o risco de comunidades rurais estarem localizadas ao lado de áreas de produção de frutas. O contexto de risco é impulsionado pelo modelo de produção adotada pelas empresas do Agronegócio, sobretudo, as produtoras de Banana, com utilização de agrotóxicos para garantir a saúde das frutas, em detrimento da saúde ambiental e da população local.

Para demonstrar uma vertente desse contexto de risco, avaliamos o rebatimento da expansão do agronegócio na água superficial e subterrânea utilizadas para abastecimento humano e irrigação. A contaminação da água e sua dominação e privatização são processos desencadeados pela dinâmica do modelo de produção adotado, o pacote da revolução verde.

No que diz respeito aos riscos impostos à variável abastecimento humano, podemos destacar que seis comunidades rurais, Ipú, Maracajá, Tomé, Lagoa da Casca, Cabeça de Santa Cruz e Macacos, totalizando mais de mil famílias, são abastecidas pela Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte e Quixeré com a água que circula pelos canais de irrigação implantados na década de 1980 pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). O poder público municipal, como estratégia de economia de custos, capta água para comunidades de uma estrutura de engenharia montada para atender o agronegócio e hoje administrada pela Federação dos Irrigantes do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi (FAPIJA).

A Chapada do Apodi, por suas condições geológicas-geomorfológicas não apresenta água superficial. A fonte hídrica mais próxima é o rio Quixeré, perenizado pelo Açude Castanhão. A água do rio Quixeré é bombeada para uma piscina-pulmão no alto da Chapada, cerca de 100 metros de altitude, e distribuída por gravidade, em diversos canais para fins de irrigação. Nesse percurso, foram instaladas algumas piscinas com a função de regularizar a vazão, são quatro piscinas principais, num percurso de 14 km de canais, que terminam nas proximidades das comunidades Ipú e Maracajá. São canais abertos, que correm espremidos pela estrada de terra e por plantações (sobretudo milho e banana) com uso de agrotóxicos. Na última piscina, a prefeitura municipal, através do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), instalou uma casa de bombas para captar água com objetivo de abastecer as comunidades relatadas.

Segundo o relatório técnico (Nº1792/2009) da SEMACE, a água é captada na última piscina, depois de percorridos 14 km de canais abertos, e como método de tratamento, o SAAE realiza *‘uma simples desinfecção, através de cloro em pastilha’*, sendo a água encaminhada para um reservatório elevado para posterior distribuição à comunidade.

A análise do relatório revela um contexto ampliado de risco. A SEMACE coletou quatro amostras de água, nos pontos de captação e consumo final, e realizou análises laboratoriais. Das quatro amostras 3 apresentaram padrões em desacordo com a legislação. Os parâmetros Cor e Cloro Residual estavam em desacordo com a Portaria Nº 518/2004, do Ministério da Saúde e o parâmetro Substâncias Solúveis em Hexano, em desacordo com os padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA Nº. 357/2005, para águas doces classe 2, ambiente lótico.

Não obstante, os padrões analisados pela SEMACE não finalizam o contexto de risco imposto às comunidades rurais da Chapada. Como o relatório expressa, além dos parâmetros pesquisados, seria necessário avaliar a possível contaminação por agrotóxicos, já que os canais e piscinas são adjacentes a plantações que utilizam produtos químicos. Contudo, o modelo de desenvolvimento adotado no Estado do Ceará revela um contexto de fragilidade institucional do principal órgão de meio ambiente do Estado. O relatório informa, que a SEMACE não pode constatar a contaminação por agrotóxicos, já que, seu laboratório não possui capacidade técnica e operacional para efetivar as análises necessárias. Na parte de conclusão do estudo, o órgão admite o risco de contaminação por agrotóxicos da piscina que fornece água para as comunidades e a urgência de análises para averiguação, bem como finaliza informando que tal avaliação será feita *‘assim que o cromatógrafo desta Superintendência for instalado’*.

Apesar do saber técnico e os órgãos responsáveis não informarem se há ou não agrotóxicos na água fornecida, em entrevista com as lideranças comunitárias, apreendemos que a população local, a partir do seu saber e vivência, apontam os indícios da contaminação. As entrevistas revelam que os canais abertos estão sob três tipos de pressão: (1) a lixiviação do solo, que transporta os sedimentos contaminados das áreas de cultivo adjacentes para o canal; (2) a pulverização aérea utilizada na monocultura da banana, que por deriva técnica, contamina os canais e piscinas e (3) o descarte de embalagens vazias de agrotóxicos dentro do canal-piscina, bem como a limpeza de pulverizadores, com descarte da água contaminada na piscina.

A Associação Comunitária São João do Tomé, tendo a frente seu presidente José Maria Filho, assassinado no dia 21 de abril de 2010, durante anos denunciou junto ao Ministério Público, poder Executivo e Legislativo local, bem como na imprensa, a exposição ao risco da população local ao consumir água fornecida pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). A pesquisa, em andamento, do Núcleo TRAMAS da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), divulgada pelo Jornal Diário do Nordeste retrata o quadro de risco que a população local está exposta, “de 46 amostras do líquido para abastecimento humano, em todas foram encontrados princípios ativos que compõem diversos agrotóxicos, alguns com uso no País sendo reavaliados” (Diário do Nordeste, Caderno Cidade, 13/05/2010). Os representantes do agronegócio e a Prefeitura Municipal refutam as análises relatando a eficiência da pulverização e a impossibilidade de contaminação dos recursos hídricos da região.

Segundo dados sistematizados no relatório do Grupo Tramas, publicados por Rigotto et al (2008) os agrotóxicos mais detectados em diversos locais de coleta foram Carbaril, Procimidona, Carbofurano, Fenitrotiona, Tebuconazol, Cletodim, Tepraloxymidim, Glifosato, Abamectina, Difenconazol, Flumioxazina, Fosetil, Ciromazina e Endosulfan, todos presentes nas monoculturas do abacaxi, melão e banana, demonstrando a relação entre expansão da fruticultura e imposição do risco às comunidades rurais da Chapada do Apodi.

Como podemos perceber no relatório, a presença de agrotóxicos está na torneira das famílias, sendo detectado inclusive em poços profundos, demarcando o potencial de dispersão desse produto químico e o risco da proximidade entre local de moradia e área de produção. Assim, o saber científico referendou a afirmação da população, que de longa data denunciava os impactos da utilização dos agrotóxicos na água consumida pela comunidade.

Em outubro de 2009, contudo, outro estudo contribuiu para ampliar a avaliação da contaminação, agora na água subterrânea. O relatório da COGERH (2009) expressa que foram encontrados resíduos de agrotóxicos em amostras de poços com 40, 50 e mais de 100 metros de profundidade. O órgão coletou 10 amostras, em dois períodos, julho/2008 (período chuvoso) e

setembro/2008 (período seco). Das 10 amostras do período chuvoso, 5 estavam contaminadas, já no período seco, apenas uma apresentou resíduos de agrotóxicos.

Com a divulgação dos estudos, as comunidades rurais da Chapada do Apodi potencializaram sua mobilização e luta para garantia de acesso à água de qualidade, livre de contaminação. O Ministério Público Estadual (MPE) foi acionado para mediar o conflito entre SAAE e usuários da água, impondo à Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte a necessidade de garantir outra forma de abastecimento que eliminasse o risco de contaminação. Durante as audiências públicas realizadas no ano de 2009 e 2010, o poder público local reagia de duas maneiras: (1) negando a existência do problema, afirmando que a água não estava contaminada, porém nunca apresentou um laudo do SAAE ou de outro órgão competente refutando os resultados dos estudos de Rigotto et al (2008; 2011) e (2) afirmando o que o município não dispõe de verbas suficientes para garantir outra forma de acesso à água, ameaçando a comunidade de suspensão do serviço de abastecimento. Em virtude da pressão social, o Ministério Público Estadual acordou com o SAAE um paliativo, o fornecimento de água por intermédio de carros-pipa, enquanto o município não captasse recurso para intervir estruturalmente no problema.

Nos primeiros meses de fornecimento, no ano de 2010, segundo entrevistas realizadas com as lideranças comunitárias, o fornecimento por carro-pipa acontecia da seguinte maneira: foram distribuídos na comunidade do Tomé, cinco caixas d'água, em pontos estratégicos e a prefeitura garantia o abastecimento regular desses depósitos. As entrevistas revelam que nos primeiros meses, significativa parcela da população se deslocava até as caixas d'água para garantir água livre de agrotóxicos. Contudo, com o passar o tempo, a 'alternativa' montada pelo poder público demonstrou sua fragilidade e incapacidade de mitigar/resolver o problema. O trabalho cotidiano de se deslocar para captar água fez com que as famílias desistissem de abastecer suas casas com a água do carro-pipa, já que continuavam recebendo-a normalmente em suas torneiras. As entrevistas revelam, também, que com o passar do tempo, o abastecimento das caixas d'água ficou irregular, comprometendo a 'alternativa' acordada entre MPE e SAAE. Para completar, as caixas d'água só foram instaladas na comunidade do Tomé, todas as demais continuaram consumindo a água da piscina.

Já são três anos de luta, e até a redação do presente artigo, as comunidades da Chapada do Apodi continuam consumindo água dos canais de irrigação. A Prefeitura Municipal não apresentou oficialmente um projeto alternativo de abastecimento e a SEMACE não divulgou resultados de novas análises, nem informou oficialmente à comunidade se já contava com laboratório apto a identificar agrotóxicos na água. Constatamos um total desrespeito do poder público à Portaria 2914 de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

A análise da Portaria revela em seu art. 5º inciso II, que para que a água seja considerada potável ela não deve oferecer riscos à saúde e impõe um conjunto de obrigações aos entes da federação. No que diz respeito às competências do município, destacamos o não cumprimento do Art. 12º, que impõe ao poder público local o exercício da vigilância da qualidade da água, bem como a obrigação de garantir informações à população sobre a qualidade da água para consumo humano e os riscos à saúde associados, de acordo com mecanismos e os instrumentos disciplinados no Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005. O SAAE, até o momento, não se pronunciou oficialmente sobre o risco de resíduos de agrotóxicos na água que fornece e não apresentou nenhum laudo que negasse os resultados já produzidos sobre a qualidade da água. A população, que paga pelo serviço, não tem informações sobre se a água que consome promove a vida ou impõe riscos à saúde.

Outro elemento que qualifica o impacto da fruticultura irrigada é a dominação e privatização do aquífero Jandaíra. O poder público incentivou a territorialização de culturas intensivas em água, banana, melão, manga, abacaxi, numa região marcada por problemas de acesso a esse bem ambiental. As empresas localizadas fora do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi captam do aquífero a água necessária para a irrigação das culturas.

Segundo o referido relatório da COGERH (2009) na região em análise, foram identificados 10.767,58 ha de áreas irrigadas exclusivamente com água subterrânea. Ao analisar

os municípios que concentram a maior parcela da produção agrícola na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte e Quixeré, fica claro o uso privativo da água. Os municípios usam respectivamente 36,17% e 67,62% dos seus poços para irrigação. Quixeré destaque-se, perfazendo o município com maior quantidade de poços, a maior porcentagem direcionada para a agricultura e a maior área irrigada com água do aquífero. O município contabiliza 4.614 ha., contra 1.628,40 ha. de Limoeiro do Norte, do total de 10.767,58 ha. de toda a extensão do Jandaíra que ocupa toda a Chapada do Apodi, do Ceará ao Rio Grande do Norte.

A área irrigada se reflete também no montante de poços que são dominadas pelo agronegócio. Quixeré conta com 244 poços cadastrados na área do aquífero, sendo que 166 são usados para irrigação, 38 para uso múltiplo, 33 para o abastecimento humano, 7 para dessedentação animal e 1 para indústria. O mesmo ocorre com o município de Limoeiro do Norte com 47 poços cadastrados na mesma área, sendo 17 são destinados para a irrigação, 14 para abastecimento humano, 8 uso múltiplo, 6 dessedentação animal e 2 para indústria. A expansão do agronegócio e o uso intensivo da água pode minar essa reserva hídrica, que poderia ser uma alternativa para produção de alimentos da cesta básica e abastecimento futuro das comunidades rurais. O relatório da COGERH (2009) conclui que no ano de 2008 foram extraídos 14 milhões de m³ de água, excedendo em 4 milhões de m³ a capacidade de recarga do Jandaíra, sinalizando que a extração vem sendo superior a recarga.

Como alternativa para minimizar os impactos do agronegócio na Chapada de Apodi sinalizamos algumas diretrizes e ações que o poder público, em todas suas escalas de atuação, poderia adotar para mediar o conflito socioambiental instalado nas comunidades:

(1) Zoneamento ambiental, distanciando áreas de produção e moradia, para minorar os efeitos dos agroquímicos nas comunidades que residem na chapada;

(2) Regularização fundiária e reapropriação dos lotes do perímetro por agricultores familiares de base camponesa, entendendo que estes estabelecem uma relação de uso do território mais compatível a qualidade ambiental.

(3) Incentivo por parte do poder público de alternativas de transição agroecológica na busca de eliminar o uso de agroquímicos.

(4) Revisão da Instrução Normativa N°2, de 03 de janeiro de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que dispõe sobre a atividade de aviação agrícola, com atenção especial ao artigo 10º, que estabelece distâncias mínimas para comunidades e corpos hídricos, entendendo que as distâncias de 500 metros de povoações, cidades, vilas, bairros de mananciais de captação de água para abastecimento de população e 250 metros para de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais, entendendo que esta não garante a saúde ambiental das populações em área de expansão do agronegócio;

(5) Implantação de um sistema de abastecimento e tratamento de água para o consumo das populações da Chapada do Apodi por tubulações fechadas, garantindo a qualidade na prestação desse serviço básico;

(6) Fiscalização, estabelecimento de cotas e cobranças mais rigorosas pelo uso da água do aquífero por parte das grandes empresas do agronegócio que drenam esse recurso para o mercado europeu via exportação de frutas tropicais;

(7) Instalação de laboratórios públicos na região com infraestrutura necessária para monitoramento da presença de resíduos de agrotóxicos na água, solo e frutas minimizando a fragilidade institucional presente;

(8) Revisão de metodologia de Licenciamento Ambiental, com valorização de novas variáveis como a saúde, cultura e participação efetiva da população atingida na decisão de instalação de empreendimentos na região;

Reconhecemos que tais ações não alteram a estrutura do problema, mas a curto e médio prazo podem contribuir para minorar os conflitos em foco. A busca por alternativas de uso do território deve ser a meta a médio e longo prazo, pensada a partir do local, incorporando os anseios das comunidades que historicamente ocupam a Chapada do Apodi.

6. CONCLUSÕES

Como síntese das análises em andamento, podemos apontar que o funcionamento do atual padrão de produção agrícola, calcado na utilização de agroquímicos e uso excessivo de água,

compromete a saúde ambiental e da população da Chapada do Apodi. Para o poder público e as empresas do agronegócio, as comunidades rurais figuram-se como obstáculos para a reprodução ampliada do capital. Como estratégia, tais sujeitos hegemônicos invisibilizam, negam e produzem informações perversas sobre a problemática em foco, numa tentativa de conformar insensibilidades e cooptar a população local.

A política pública instalada é defendida como modelo para o (des)envolvimento local e regional. Percebemos, contudo, que a defesa se sustenta em variáveis meramente quantitativas – número de empregos gerados, toneladas produzidas, valor exportado, PIB gerado, hectares ocupados. O discurso oficial não questiona o que há por trás dessa contabilidade midiática e quem se apropria do capital gerado por esse modelo de desenvolvimento e quem absorve as externalidades da produção.

A análise dos conflitos territoriais possibilita desvelar as intencionalidades desse modelo de (des)envolvimento que impõe um geografia desigual dos rejeitos e proveitos. Ao capital agroindustrial – ampliação da margem de lucro; às comunidades rurais – comprometimento da saúde ambiental e da população, numa verdadeira *sangria do território*.

O Estado precisa atender a demanda da população local que reivindica o direito a um bem essencial à vida: água de qualidade. O adjetivo ‘qualidade’ é necessário, já que a água na Chapada do Apodi vem sendo privatizada e contaminada. A solução do problema passa por outra racionalidade na ocupação do território. Uma racionalidade que respeite a vida, a qualidade ambiental, que produza soberania alimentar, que coloque as comunidades rurais no centro das decisões e consecução de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

COGERH (COMPANHIA DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS). *Plano de gestão participativa dos aquíferos da bacia Potiguar, Estado do Ceará*. Fortaleza-CE, 2009. (Relatório Técnico).

Diário do Nordeste. Água da Chapada está contaminada. *Diário do Nordeste*. (Caderno Cidades), 15 maio. 2010. Disponível em: <http://www.diariodonordete.globo.com/materia.asp?codigo=784601>>. Acesso em: 08 fev.2012.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, 2009.

MARINHO, Alice M. C. P.; *Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe – Ce: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente*. 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-08112010-100604/pt-br.php>. Acesso em: 19 fev. 2012.

RIGOTTO, Raquel. *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. Ed: UFC. Fortaleza. 2011.

____ et al. *Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: Conflitos sócio-ambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe-CE*. Relatório Parcial da pesquisa Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos, apoiada pelo CNPq através do Processo 409845/2006-0, 2008.